

EDITORIAL

Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade

O pensamento crítico contemporâneo tem afirmado a centralidade da articulação entre gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, gerações e outras categorias sociais para se compreender as desigualdades, as opressões, as violências e as experiências sociais de modo geral, em resumo, para se compreender a dialética das opressões e das resistências. O ponto de partida são os limites de se buscar compreender as desigualdades contemporâneas a partir de um único marcador social ou matriz de diferença.

O feminismo (na academia e nos movimentos), o pensamento e a luta anti-racista e o movimento negro, os movimentos e teorias anti, pós e decoloniais, os movimentos e os estudos LGBT, entre outros, denunciaram o paradoxo da modernidade entre, de um lado, o culto do Homem universal, em suas versões de sujeito da razão, de sujeito político e de direito e de Eu psicológico, e de outro a produção de diferenças e hierarquias de todo tipo, que evidenciam acessos diferenciados e assimétricos, quando não ausência absoluta de acesso, à posição de humanidade, aos bens e à riqueza produzidos, ao reconhecimento enquanto sujeito de direitos ou enquanto sujeito político¹.

O paradoxo apontado acima também fez e faz parte das estratégias de dominação, que enfatizam o ideário de universalidade e igualdade, mas ao mesmo tempo produzem e exploram as diferenças como dispositivo de poder e de exploração. Assim, nos arranjos políticos e sociais que deram origem à modernidade capitalista, mulheres foram afastadas da vida política e pública e despojadas de direitos, com a justificativa da diferença sexual biológica. Do mesmo modo, a escravidão e a opressão racial foram justificadas pelas teorias raciais e pelo discurso da supremacia branca e ocidental.

Ou seja, o mesmo discurso que cultuou a ideia de um sujeito universal, detentor de direitos (humanos), naturalizou e ontologizou as diferenças, apagando o fato de que são fundamentalmente diferenças construídas historicamente.

Por outro lado, o reconhecimento das múltiplas opressões e o modo como se cruzam e se articulam se tornou ao longo da história um instrumento importante de organização, de luta e de resistência.

A literatura específica sobre as articulações e os cruzamentos entre diferentes modos de opressão localiza um primeiro momento da crítica sobre os sentidos diferenciados da experiência social e da desigualdade nos movimentos sociais dos anos 1960-70, através do feminismo negro nos Estados Unidos, que denunciou o caráter branco, de classe média e heteronormativo do feminismo hegemônico naquele momento²; no feminismo de esquerda em vários países, que buscou articular a luta das mulheres à luta de classes; no movimento das mulheres lésbicas, que questionou a hegemonia heterossexual no feminismo e reivindicou uma articulação entre o feminismo e o direito das mulheres e os direitos gays e lésbicos, entre outras manifestações. Tanto nos movimentos sociais quanto nos trabalhos e reflexões acadêmicas, pensar de modo articulado as diferentes opressões tornou-se central para a compreensão da desigualdade social e para a elaboração de estratégias de resistência e de emancipação, sobretudo através da tríade classe, raça e gênero³ num primeiro momento, e mais contemporaneamente com a inclusão de outros marcadores de diferença, como sexualidade, etnia, gerações, deficiência, entre outros.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Em 1989 a jurista e acadêmica negra Kimberly Crenshaw (1989) formulou o conceito de interseccionalidade, com o objetivo de tirar das margens a relação entre raça e gênero e de pensar teoricamente e de modo articulado essas duas experiências: para uma mulher negra, a experiência de ser mulher não poderia ser vista de modo independente da experiência de ser negra, mas sim a partir das interações entre uma e outra. Desde sua formulação inicial, o conceito de interseccionalidade teve uma trajetória densa, estendendo-se para além de gênero e raça para outras categorias sociais. Ele tem sido utilizado, juntamente com outros conceitos, para compreender as múltiplas e cruzadas opressões, mas também para compreender diferentes experiências sociais de sujeitos localizados histórica, social, política e culturalmente. Ele se tornou um conceito disseminado em várias áreas do conhecimento e em várias teorias sociais, para se referir às abordagens que buscam discutir e compreender a articulação entre múltiplas opressões e desigualdades.

Entre as críticas ao conceito de interseccionalidade, que serviram de fundamento para novas formulações teóricas e conceituais, estão: a de que esta é bastante focada nos sujeitos e nas identidades, e não nas relações; nas dificuldades do conceito em pensar as dissimetrias entre os vários marcadores de diferença; e, especificamente da parte de algumas teóricas e ativistas marxistas, por retirar o caráter totalizador do conceito de classe social. No entanto, muitas vezes essa crítica foi feita no sentido não de criar um novo conceito, mas de complementar e tornar mais complexo o paradigma interseccional.

Outros conceitos, como os de consubstancialidade (KERGOAT, 2015) e de agenciamento (PUAR, 2013) foram formulados ou utilizados não apenas para compreender as múltiplas formas de dominação e opressão a que um mesmo sujeito ou coletividade estão expostos, mas principalmente para compreender como gênero, raça, classe e outras categorias sociais são fundamentalmente relações, mais do que atributos de sujeitos ou coletividades.

De todo modo, o conceito de interseccionalidade manteve sua eficácia para teorizar a diferença e descrever a complexidade das articulações entre diferenças sociais, além de demonstrar uma grande plasticidade semântica para, em sua trajetória e em seus usos nos vários campos de pesquisa e de luta social, incorporar críticas e novos sentidos. A abordagem interseccional, ou das articulações e cruzamentos entre diferentes opressões e diferentes modos de resistência, ganhou um voo próprio no campo da teoria social, sendo utilizada por várias áreas do conhecimento e por várias correntes teóricas.

Os artigos reunidos neste número da *Katálysis* são um exemplo desses estudos e dessas abordagens, tematizando questões fundamentais para uma compreensão das múltiplas e articuladas desigualdades e marginalizações envolvendo gênero, classe, raça, etnia, sexualidade e gerações.

No Brasil, a abordagem interseccional ou das múltiplas opressões, tem se mostrado abrangente, prolífica e criativa na compreensão das desigualdades sociais, em várias áreas do conhecimento. Compreender, por exemplo, como gênero, raça e classe se articulam, se mostrou fundamental para a elaboração de políticas sociais voltadas para aquelas, por exemplo, que estão no nível mais alto de exploração: as mulheres negras e pobres. São essas mesmas que hoje, com o novo contexto político de perda de direitos e declínio da democracia, veem aprofundada sua situação de vulnerabilidade e de pobreza extrema. Nesse exemplo, se as intersecções e articulações entre gênero, raça e classe são indissociáveis para uma compreensão da desigualdade, são também indispensáveis para a resistência e a luta emancipatória.

Sônia Weidner Maluf, Florianópolis, 18 de julho de 2018.

Referências

- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–168, 1989.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- PUAR, J. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul./dez. 2013.
- SCOTT, J. W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

Notas

- 1 Para Stuart Hall, esse descentramento do sujeito universal já está presente no pensamento de Marx, por localizar o sujeito na história e nas suas condições concretas, o que representaria, para os intérpretes marxistas de meados do século XX uma crítica à noção abstrata de homem.

- 2 Ressalvando que um feminismo negro já se manifestava nos primórdios da luta das mulheres e da luta abolicionista, tendo como uma das expressões mais conhecida a ativista negra Sojourner Truth e seu eloquente discurso na Convenção pelos Direitos das Mulheres de Akron, em 1851 (no Ohio, EUA): “Ain’t I a woman?” (“E eu não sou uma mulher?”), que buscava evidenciar a opressão da mulher negra (e pobre, escravizada, trabalhadora).
- 3 Como o trabalho de Angela Davis do ano de 1984 (2016), que traz uma história das articulações entre raça, gênero e classe nos Estados Unidos, estendendo sua análise dos movimentos abolicionistas, sufragistas e de mulheres, às mulheres comunistas e ao movimento negro dos anos 1970. Os últimos capítulos trazem uma análise apurada sobre a violência racista e de gênero, o modo como as políticas de controle de natalidade atingiram as mulheres negras.

Sônia Weidner Maluf

soniawmaluf@gmail.com

Doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociale (EHESS)

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

UFSC

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

CEP: 88.040-900